




POLÍTICA EXTERNA E IMPRENSA: A SAÍDA DO BRASIL DA LIGA DAS NAÇÕES (1926) PELOS JORNAIS *CORREIO DA MANHÃ* E *JORNAL DO COMMERCIO*

Foreign policy and the press: Brazil's withdrawal from the League of Nations (1926) by the newspapers *Correio da Manhã* and *Jornal do Commercio*

Jônatan Coutinho da Silva de Oliveira ^a

 <https://orcid.org/0000-0002-1435-4219>

E-mail: jonatanni@yahoo.com.br

^a Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

DOSSIÊ
Internacionalismo e história global

RESUMO

O presente trabalho analisa as relações entre imprensa e política externa no contexto da participação diplomática brasileira na Liga das Nações, com destaque para a cobertura jornalística sobre a atuação brasileira nos dias que circundaram a reunião geral da Liga (17 a 20 de março de 1926) onde o Brasil anunciou que vetaria a entrada da Alemanha na Liga e no Conselho Executivo da instituição. Este veto foi entendido de diferentes maneiras pela grande imprensa do Rio de Janeiro, capital federal. O *Jornal do Commercio*, de propriedade do então ministro das relações exteriores Felix Pacheco, realizou grande cobertura, exaltando a participação e as atitudes dos principais atores políticos envolvidos. Já o *Correio da Manhã*, jornal de oposição, realizou uma cobertura mais crítica às decisões políticas e ainda questionou a necessidade de participação do Brasil na Liga. Nesta comparação, percebe-se que a imprensa atuava como importante difusor de ideias políticas e, mesmo cobrindo o mesmo evento político, podiam transmitir ideias e opiniões políticas distintas.

PALAVRAS-CHAVE

Imprensa. Política Externa Brasileira. Liga das Nações.

ABSTRACT

This paper analyzes the relations between the press and foreign policy in the context of the Brazilian diplomatic participation in the League of Nations, highlighting the journalistic coverage of Brazil's performance in the days surrounding the general meeting of the League (March 17-20, 1926) where Brazil announced that it would veto Germany's entry into the league and its executive board. This veto was understood in different ways by the great press of Rio de Janeiro, the federal capital. The *Jornal do Commercio*, owned by the foreign minister Felix Pacheco, made a large coverage, extolling the participation and attitudes of the main political actors involved. The *Correio da Manhã*, an opposition newspaper, made a more critical coverage of political decisions and even questioned the need for Brazil to participate in the League. In this comparison, the press acted as an important diffuser of political ideas and, although covering the same political event, could convey different political ideas and opinions.

KEYWORDS

Press. Brazilian Foreign Policy. League of Nations.

A vida política da Primeira República brasileira (1889-1930) é tema recorrente na historiografia. Momento de implementação e consolidação de um novo regime político, estes anos serviram de palco para grandes conflitos e disputas políticas e sociais em todo o Brasil e, em especial, no Rio de Janeiro, então capital federal.

Não somente as disputas políticas domésticas ganhavam especial relevo neste momento, mas também as disputas em torno das definições sobre a política externa brasileira adquiriam destaque e relevância. Os estudos sobre a atuação política do Brasil no exterior durante a Primeira República têm focado suas atenções principalmente em dois momentos e temas específicos: a política externa nos anos exatamente posteriores ao golpe de 15 de novembro de 1889 e a atuação de importantes atores de forma individualizada, como Rui Barbosa e o Barão do Rio Branco.

No entanto, um tema de grande importância e que aborda um caso específico para a diplomacia brasileira na Primeira República e que é pouco explorado pela historiografia, é a contribuição do país para a fundação, e na participação, da Liga das Nações. Criada a partir dos escombros da Primeira Guerra com a finalidade principal de evitar um novo conflito bélico mundial, a Liga das Nações foi a primeira tentativa em larga escala de padronizar os problemas políticos internacionais, subjugando-os aos princípios do Direito Internacional (CARR, 2001, p. 40). Já presente nos “14 pontos de Wilson” proposto pelo então presidente norte-americano ao final da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a Liga deveria cumprir este papel na nova ordem mundial que emerge ao final do conflito, garantindo a multilateralidade e a prevalência do direito internacional e da mediação na resolução dos conflitos internacionais, o que deveria superar a ideia de uma diplomacia secreta até então praticada pelas grandes potências.

Segundo Edward H. Carr, a década de 1920 foi um momento de crise, oposta ao início do século. Portanto, “[...] não era mais possível racionalizar as relações internacionais pretendendo-se que o que era bom para a Grã-Bretanha também era bom para a Iugoslávia, e o que era bom para a Alemanha também era bom para a Polônia [...]” (CARR, 2001, p. 287-288). É neste sentido que Carr aponta para certa utopia na criação da Liga, fazendo críticas tanto ao realismo clássico das relações internacionais quanto ao crescente idealismo político na esfera internacional, materializado na ineficiência da Liga em conter os conflitos ao longo dos anos 1920 e 1930.

No contexto doméstico, o Brasil vivia momentos importantes na sua já consolidada república. A participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial, a partir de 1917, mostra a posição de protagonista que o país gostaria de assumir no cenário internacional, ou pelo menos em relação à América Latina. Mesmo tendo uma participação pequena, esta serviu de trampolim para a elite diplomática tentar alcançar patamares mais altos. A participação na Conferência de Paz de 1919, em Paris, e a atuação na criação da Liga das Nações são provas disso.

As presidências de Epitácio Pessoa (1919-1922) e Artur Bernardes (1922-1926), dois importantes oligarcas que buscavam a manutenção do *status quo* republicano, são pontos fundamentais neste momento da república. Tradicionalmente, a historiografia marca o ano de 1922 como sendo o momento em que o sistema oligárquico federativo, então vigente desde a consolidação da República no final do século XIX, é contestado de forma mais incisiva. As eleições presidenciais de 1922 marcam o confronto político entre as oligarquias dos principais estados da federação e dos estados secundários, “revelando as tensões regionais interoligárquicas e

desnudando as contradições do federalismo brasileiro” (FERREIRA, 1993, p. 10). Neste contexto, o presidente Epitácio Pessoa apoia a candidatura do situacionista Artur Bernardes contra a insatisfação de oligarquias estaduais que apoiaram a chapa oposicionista liderada por Nilo Peçanha, caracterizando a Reação Republicana.¹ Com a vitória de Bernardes, os derrotados não aceitam o resultado e buscam manter um clima de agitação social e político junto com os militares, setor também descontente. A partir do ano de 1922, então, eclodem movimentos de militares de patente média que representavam a revolta desses setores contra as oligarquias dominantes. Para Anita Prestes (1997), esses movimentos que ficaram conhecidos como “tenentistas”, representavam um importante sintoma de crise da Primeira República.

Para debelar os movimentos tenentistas contestatórios, Epitácio Pessoa, ainda em 1922, decreta estado de sítio, o que lhe permite prender militares e opositores e ainda praticar a censura aos jornais de oposição. Em 1924, já sob a presidência de Bernardes e frente a um novo movimento tenentista ocorrido em São Paulo, é decretado o estado de sítio novamente (FERREIRA; PINTO, 2006, p. 13). Portanto, no contexto político de meados dos anos 1920, o Brasil viveu sob estado de sítio, o que deve ser levado em consideração em qualquer análise política para o período. Sendo assim, a conjuntura política e social dos anos 1920 é marcada por momentos de grande crise intra-oligárquica, de demanda de maior participação dos setores urbanos e de insatisfação dos segmentos militares (FERREIRA, 1993, p. 11). Neste contexto, o papel da imprensa periódica da capital federal ganha importante peso, não somente como fonte histórica que nos concede acesso ao passado, mas também como ela própria sendo o objeto de estudo, já que esta imprensa se torna local privilegiado das disputas políticas e onde suas ideias são mais bem expressadas e difundidas.

Sobre o contexto específico para a imprensa brasileira cabe o fundamental destaque que, em outubro de 1923, foi promulgada a Lei de Imprensa, ou Lei Adolfo Gordo, que limitava a liberdade de expressão ao imputar responsabilidade penal sucessiva a jornalistas e editores; vedava a publicação de segredos de estado; não permitia dizeres que ofendiam o Presidente da República, os chefes de estado e as nações estrangeiras; vedava o anonimato de artigos; garantia o direito de resposta e disciplinava a matrícula de jornais e tipografias em cartório (LUCA, 2008, p. 161). Assim, a imprensa era considerada um importante meio de difusão de ideias e de formação da opinião pública, a ponto de merecer um controle mais rigoroso por parte das forças políticas dominantes.

No plano internacional sob a presidência de Epitácio Pessoa, os representantes brasileiros na Liga possuíam bastante autonomia, devendo ser creditado a eles os sucessos iniciais do Brasil na instituição (SANTOS, 2003, p. 88-95). A elite diplomática e governamental brasileira passa, então, a perseguir um assento permanente no Conselho Executivo (principal órgão da instituição) quando vê a possibilidade de ficar de fora do Conselho como membro temporário em 1923, nos momentos iniciais do governo Bernardes (SANTOS, 2003, p. 90). Principalmente no período sob a presidência de Artur Bernardes, marcado por grandes problemas políticos e sociais e chefiado sob estado de sítio, o Brasil aprofundou a sua participação na Liga, intensificando a

¹ A Reação Republicana foi o nome dado pela historiografia para designar a união dos estados de segunda grandeza da República (Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul) em torno da candidatura de Nilo Peçanha e contra a indicação de Artur Bernardes.

campanha pelo assento permanente, inclusive com forte campanha nos jornais que apoiavam o governo (SANTOS, 2003, p. 91). No entanto, o pleito alemão também por um assento permanente ultrapassou os interesses brasileiros, fazendo com que as discussões da Liga se voltassem para o atendimento apenas da Alemanha que estava se reerguendo dos escombros da Primeira Guerra. Este mesmo Conselho Executivo da Liga sinaliza que irá concordar com o pleito alemão, mas não com o brasileiro.

A participação brasileira na Liga das Nações já foi tema de análise de historiadores que se debruçaram sobre aspectos específicos desta participação, com análises diferentes, mas não excludentes. O diplomata Eugênio Vargas Garcia foi um dos primeiros a abordar de forma específica e com rigores acadêmicos a participação brasileira na Liga. Para o autor, a postura brasileira quanto a sua participação na instituição já começou a ficar clara desde as preparações para a inauguração da Liga durante o governo de Epitácio Pessoa. Sobre a participação do Brasil nas conferências preliminares, o envio de delegações específicas foi recusado pelas potências. Com isso, “essa primeira tentativa frustrada de obter um reconhecimento no estrangeiro maior do que a realidade da política internacional assim o permitia parece sugerir um descompasso entre os fins perseguidos pela diplomacia e os meios disponíveis do país” (GARCIA, 2000, p. 31).

Garcia ainda estabelece uma nítida divisão entre as políticas exteriores dos presidentes Epitácio Pessoa e Artur Bernardes para a Liga das Nações. Resumidamente, para o autor,

[...] o primeiro se limitou a uma política de baixo perfil que não escondia o seu contentamento com a posição alcançada pelo Brasil após a Primeira Guerra Mundial, como sócio menor na aliança dos vencedores, ao passo que o segundo elegeu como prioridade a obtenção de um posto na Liga das Nações que visava justamente à elevação do status internacional do Brasil a um patamar superior, equivalente ao das grandes potências, não obstante as debilidades de poder do país [...] (GARCIA, 2000, p. 75).

Ainda para Eugênio Garcia, o problema da posição brasileira junto à Liga, já no governo de Bernardes, e pela sua própria atuação e pela de seu ministro do exterior, Felix Pacheco, teria sido a de uma percepção equivocada do contexto internacional pós-Primeira Guerra em consonância com os problemas e questões domésticas da política oligárquica brasileira. Haveria, no governo Bernardes, um descompasso entre as expectativas brasileiras e a realidade da política mundial. A má leitura da política internacional proporcionada pelas características internas das elites dirigentes no Brasil é o que levou a uma política externa errática, deslocada e inatingível (GARCIA, 2006, p. 581).

O autor ainda afirma que a ameaça de veto do Brasil à entrada da Alemanha não foi a causa da crise, mas sim um fator complicador neste quadro de conflito. O acordo entre as potências europeias era insatisfatório sob vários aspectos e criaria dificuldades posteriores à França e à Alemanha. O veto brasileiro foi providencial na medida em que permitiu o adiamento da questão (GARCIA, 2000, p. 115).

Importante contribuição também foi realizada pela historiadora Norma Breda dos Santos. Sobre a crise de 1926, a autora a compreende como sendo um choque

entre as agendas da política externa brasileira e da política internacional europeia. As agendas externas brasileira, sob a relutância de Bernardes e Pacheco, e a postura igualmente intransigente das potências europeias – França, Grã-Bretanha e Alemanha – levaram a um choque entre as duas posições. A autora defende a necessidade de se compreender a questão a partir de uma interação complexa entre a geopolítica internacional e multilateral e a capacidade do Brasil em exercer influência nesse contexto (SANTOS, 2016, p. 213).

Para a pesquisadora, o principal motivo para a crise de 1926 foi a negligência da França e da Grã-Bretanha por não terem tratado seriamente as pretensões do Brasil e da Espanha pelo assento permanente na Liga. O veto à entrada da Alemanha fazia parte das normas da Liga, caberia a estes países evitá-lo. A explicação para isso é que os países europeus e seus diplomatas ainda praticavam uma diplomacia do século XIX, estando ainda acostumados com as regras deste mundo pré-guerra (SANTOS, 2003, p. 101).

Além disso, para a autora, outras questões importantes merecem considerações. Os demais países latino-americanos não estavam suscetíveis ao pleito brasileiro (SANTOS, 2003, p. 104). Houve ainda uma insistência de Mello Franco em levar a cabo as intenções do governo, não fazendo os devidos contrapontos necessários para que o presidente e o ministro não supervalorizassem o apoio recebido dos britânicos e franceses. Nesse sentido, o fiasco não foi brasileiro. O fiasco foi da Liga, em tentar criar uma instituição multilateral em uma nova ordem internacional. O multilateralismo proposto por Wilson era inviável na prática. Também a diplomacia de Mello Franco, Bernardes e Pacheco deve ser colocada em perspectiva, ou seja, deve ser pensada em um contexto maior de fiasco da própria diplomacia internacional (SANTOS, 2003, p. 105-106).

Analisando uma historiografia mais contemporânea e que contribui com novas perspectivas para a compreensão da atuação do Brasil, é importante destacar os trabalhos do diplomata Braz Baracuhy e do historiador Filipe Queiroz de Campos. Baracuhy compreende a atuação do Brasil pela lógica da inserção internacional do país em uma nova dinâmica internacional multilateral, proporcionada pelos desdobramentos do fim da Grande Guerra e pela criação da própria Liga. Para o autor, “somente com a compreensão das dinâmicas de poder por posições no sistema internacional da época pode-se vislumbrar como as elites de política externa percebiam tais movimentos, definiam seus interesses e traçavam suas estratégias” (BARACUHY, 2005, p. 26). Portanto, o diplomata realiza uma análise por um viés internacionalista e utilizando conceitos realistas neoclássicos das relações internacionais, evidenciando a predominância das dinâmicas internacionais sobre as estratégias domésticas das elites diplomáticas.

Braz Baracuhy ainda destaca o papel dos agentes políticos brasileiros afirmando que o processo de radicalização de Artur Bernardes, ao vetar o ingresso da Alemanha no Conselho Executivo foi, na verdade, “uma mudança de *estilo* na condução da política externa, associada a idiosincrasias e vicissitudes políticas domésticas, e não de *natureza*, que se relacionava à experiência histórica do País e a seus objetivos na ordem internacional”, pois haveria uma preocupação entre os diplomatas e governantes em manter a herança de Rio Branco (BARACUHY, 2005, p. 78, destaque do autor). Dessa forma, o imbróglio de 1926, embora geralmente analisado como uma ação desastrosa da diplomacia brasileira, pode ser percebido como um sinal dos novos tempos nas relações internacionais. Para o autor seria mais

uma questão de compreender “o jogo complexo de interações entre os tabuleiros geopolítico e multilateral – e a capacidade de a política externa brasileira exercer influência nesse novo contexto” (BARACUHY, 2005, p. 27).

Já o historiador Filipe Campos aborda a questão da ação diplomática e governamental brasileira a partir dos próprios agentes políticos, principalmente do presidente Bernardes. Para o autor, Bernardes possuía um projeto claro e objetivo de política externa, ligado a suas ambições de modernidade, nacionalismo e a sua própria perspectiva sobre as relações internacionais. Campos afirma que o Brasil possuía uma estratégia de política externa visando alcançar objetivos externos muito mais que a uma necessária busca por prestígio político interno (CAMPOS, 2020, p. 17). Ainda para o autor, “os norteadores de sua política externa foram o engrandecimento do nacionalismo e a modernização do Brasil” (CAMPOS, 2020, p. 19). Nesse sentido, a política externa de Bernardes deve ser compreendida a partir do binômio nacionalismo-modernização e reduzir a sua ação na Liga a uma tentativa de ganho de prestígio doméstico seria um erro. Bernardes queria inserir o Brasil no meio das grandes nações, como sinal de sua modernidade, pois era esse o seu projeto nacionalista e moderno (CAMPOS, 2020, p. 20).

Assim, a atuação do Brasil na Liga e o veto à entrada da Alemanha para o Conselho Executivo devem ser compreendidos pela ótica das intenções dos principais agentes políticos, notadamente de Bernardes, que possuía uma agenda externa para o Brasil. O autor acredita e defende que Pacheco e Bernardes não queriam vetar a Alemanha, muito menos sair da Liga. Queriam instrumentalizá-la no sentido de executar seus projetos nacionalistas (CAMPOS, 2020, p. 236). Para o autor, a estratégia de Bernardes

[...] foi no sentido de ousar, criticar e fazer o Brasil ser ouvido a qualquer custo, mesmo que passando por cima da opinião de seus diplomatas. [...] O modo como o Brasil executava a política externa era mais importante que ficar ou não na Liga [...]. A mensagem era de que as grandes potências não podiam manipular o Brasil como bem quisessem, nem deveriam transformar as relações internacionais, mais uma vez, em um jogo da geopolítica europeia (CAMPOS, 2020, p. 238).

Para a análise desse imbróglia diplomático, o estudo de e a partir da imprensa torna-se um local privilegiado. Nesse sentido, analisaremos como diferentes periódicos, com distintas orientações políticas e público leitor, agiram para construir um ambiente favorável sobre os possíveis caminhos que a política externa estava seguindo. Chega-se, portanto, a um ponto crucial para o presente trabalho: o papel da grande imprensa carioca na agenda de política externa, assim como suas percepções da atuação brasileira no exterior para este tema em específico. Os principais jornais da capital da república despendiam várias colunas e páginas na cobertura da participação do Brasil na Liga, demonstrando o interesse dos leitores sobre o tema.

A GRANDE IMPRENSA NO RIO DE JANEIRO

No início do século XX o distrito federal vivia a sua *belle époque* econômica e cultural e um dos grandes emblemas era a pujante imprensa periódica. O Rio



de Janeiro era um importante exemplo da modernidade que chegava aos trópicos, principalmente após as reformas urbanas do prefeito Pereira Passos (1902-1906) e com a construção de imponentes avenidas e boulevares. Nesse contexto, a imprensa é um importante emblema dessa modernidade, se transformando em uma empresa do tipo capitalista e abandonando as práticas artesanais que marcavam o setor no século XIX (SODRÉ, 1983). A imprensa no Brasil se transformava com a virada do século e, no pós-guerra, “um periódico será, daí por diante, empresa nitidamente estruturada em moldes capitalistas” (SODRÉ, 1983, p. 355). Como exemplos para análise dessa grande empresa capitalista periódica, destacam-se dois importantes jornais, a partir dos quais se podem compreender as relações entre imprensa, política externa e a difusão de diferentes ideais políticos.

O *Jornal do Commercio* foi fundado em 1827 por Pierre R. F. Plancher de La Noé sendo um dos jornais brasileiros mais antigos ainda em circulação nos dias de hoje. Durante a república – e em especial nos anos 1910 e 1920 – o jornal se constituía como uma grande empresa capitalista e era “lido por homens de negócio, políticos, altos funcionários e a elite carioca” (LEAL; SANDRONI, 2010). Dessa forma, o periódico era um jornal da elite, dito “chapa branca” e que dificilmente contestaria as ações do governo vigente. Em 1923, Felix Pacheco, já ministro das relações exteriores e redator-chefe licenciado do jornal, adquire a sua propriedade e logo se licencia, somente voltando às suas atividades jornalísticas após a saída do governo em 1926 (LEAL; SANDRONI, 2010). Dada a ligação entre o jornal e o ministro Pacheco, a análise do periódico adquire especial relevância, pois se pode analisar em que medida o jornal estava em sintonia de discurso político com o governo. Nesse contexto, tanto no governo de Epitácio Pessoa quanto – principalmente – no governo de Artur Bernardes, o *Jornal do Commercio* mostrou-se um veículo de imprensa marcadamente situacionista, portavoz da política federal, tanto doméstica quanto externa.

O *Correio da Manhã*, pelo contrário, era um periódico marcadamente de oposição aos dois governos e de caráter popular. Foi fundado em 1901, por Edmundo Bittencourt e fechou em 1974. O *Correio da Manhã* “foi durante grande parte de sua existência um dos principais órgãos da imprensa brasileira, tendo-se sempre destacado como um *jornal de opinião*” (LEAL, 2010, grifo do autor). O jornal foi grande apoiador da campanha de Nilo Peçanha em 1922 e forte crítico de Bernardes (FERREIRA, 1993, p. 14). Com isso, a análise do *Correio da Manhã* ganha grande relevância na medida em que era voz ativa na oposição dos governos Pessoa e Bernardes.

Além do mais, o *Correio da Manhã*, na figura de seu fundador, teve desde a sua fundação uma postura interessante que se diferenciava de outros jornais, como o *Jornal do Commercio*. No seu primeiro editorial de 1901, Edmundo Bittencourt já deixava claro qual seria a postura do jornal:

Em bom senso sabe o povo que essa norma de neutralidade com que certa imprensa tem por costume carimbar-se é puro estratagem para, mais a gosto e a jeito, poder ser parcial e mercenária. Jornal que se propõe a defender a causa do povo não pode ser, de forma alguma, jornal neutro. Há de ser, forçosamente, jornal de opinião (BITTENCOURT *apud* SODRÉ, 1983, p. 287).

Sendo assim, é objetivo principal deste trabalho a análise comparativa das notícias e opiniões expressas nos dois jornais, sendo um notadamente de situação e elitista (*Jornal do Commercio*) e o outro marcadamente de oposição e mais popular (*Correio da Manhã*) no contexto político brasileiro para o ano de 1926. Através da comparação entre os dois jornais poderemos compreender como dois veículos de imprensa podem, ao divulgar a mesma notícia (ou omiti-la), exprimir opiniões e visões políticas bastante diferentes, com destaque para as suas visões de política externa. No caso, será possível perceber como cada jornal se insere no debate sobre a posição brasileira a respeito da entrada da Alemanha na Liga e no seu Conselho Executivo e no pleito brasileiro por um assento permanente neste mesmo Conselho.

IMPRENSA COMO FONTE PARA A HISTÓRIA E PARA A POLÍTICA EXTERNA

A imprensa é uma das principais fontes históricas utilizadas pela historiografia, pois a partir dela podemos perceber não somente os acontecimentos factuais de um período, mas principalmente podemos compreender como determinada época e determinado grupo social percebiam os acontecimentos cotidianos. Já no início do século XX, no Brasil, houve uma ampliação no número de jornais diários, já formando a denominada “grande imprensa”, onde figuravam conglomerados poderosos, definindo os rumos do país (LUCA; MARTINS, 2008, p. 11). Durante a Primeira República

[...] a história do Brasil e a história da imprensa caminham juntas, se auto-explicam, alimentam-se reciprocamente, integrando-se num imenso painel. Nesse cenário, muitas vezes os personagens são exatamente os mesmos, na imprensa, na política e nas instituições. Em outras, são, no mínimo, bastante próximos, pois intervenções políticas de peso são decididas no interior das redações, estabelecendo e testemunhando avanços e recuos das práticas dos governos, da dinâmica do país, da formação de seu povo, do destino nacional (LUCA; MARTINS, 2008, p. 8).

No sentido acima descrito, a análise do *Jornal do Commercio* ganha especial atenção, já que o ministro das relações exteriores do Brasil durante o governo de Artur Bernardes era o jornalista Felix Pacheco, proprietário do jornal. A relação entre imprensa e poder, entre mídia e governo, estava mais do que exposta. Se levarmos em consideração que Bernardes governou na maior parte do tempo em estado de sítio e que a imprensa sofria com a censura prévia, a relevância desse fato se torna ainda maior.

Neste trabalho será analisado apenas um período de poucos dias, em apenas dois jornais e sobre um tema específico: os dias que circundam a reunião do Conselho da Liga (17 a 20 de março de 1926) em que a diplomacia brasileira reafirmou que vetaria o ingresso da Alemanha como membro permanente do Conselho Executivo da instituição, caso o Brasil também não fosse aceito sob as mesmas condições. Este tipo de metodologia pode ajudar a compreender melhor quais são as potencialidades e dificuldades que se pode encontrar ao analisar um volume maior de jornais em tempos e temas mais diversos.



A escolha do jornal como fonte histórica privilegiada adquire uma dupla intencionalidade: a percepção do jornal como fonte e objeto de pesquisa. A análise a partir dos periódicos não deve servir apenas como simples fonte que nos concede acesso ao passado, mas é igualmente importante compreender o jornal como um local privilegiado de difusão e de disputas políticas. Particularmente na conjuntura política da Primeira República,

[...] os jornais não deixaram de se constituir em espaço privilegiado de luta simbólica, por meio do qual diferentes segmentos digladiavam-se em prol de seus interesses e interpretações sobre o mundo. Não por acaso, os vários órgãos da grande imprensa distinguiam-se pelo seu matiz ideológico, expresso nas causas que abraçavam, na auto-imagem que se esforçavam por construir e no público que pretendiam atingir (LUCA, 2008, p. 155).

Além disso, após a Primeira Guerra aumenta o número de jornais que debatem abertamente o cenário político e discutem as suas ideias para a política. Esses jornais possuíam ainda uma dimensão de informação da opinião pública, já que a imprensa era entendida como um instrumento adequado para uma ação transformadora (COHEN, 2008, p. 108). Havia uma dimensão política da atividade jornalística que cumpria um papel fundamental na divulgação do conhecimento para público amplo, constituindo ao mesmo tempo veículo de disseminação de padrões culturais, valores e códigos sociais. Nesse sentido, a imprensa contribuiu para a “[...] formação de círculos de intelectuais dispostos a interferir nos destinos nacionais por meio da difusão de ideias” (COHEN, 2008, p. 111).

A imprensa na Primeira República, portanto, mantém viés político na difusão das informações e notícias cotidianas, mesmo quando passa por certo declínio da doutrinação em prol da informação. No entanto, isso não necessariamente implicava em neutralidade, já que a informação também pode ser uma forma de se posicionar frente a um tema. Nesse sentido os jornais continuaram a ter estreita vinculação com a política (LUCA, 2008, p. 152-153).

Na sua relação com a política externa, a mídia adquire características específicas e mais complexas. É possível refletir que a atuação da mídia, no sentido da sua capacidade de construir e disseminar realidades sociais por meio de seu discurso cotidiano, compartilha com os outros agentes políticos a função de constituir a definição de regras, identidades e interesses. Em um movimento dialético, igualmente, a mídia é constituída e influenciada pela estrutura da realidade política internacional (CAMARGO, 2012, p. 27). Esta concepção se aproxima da perspectiva de Christopher Hill com relação à ação recíproca entre os recursos doméstico e externo de um país na ação de política externa. Todo analista deve pensar nestes dois caminhos: a política externa tem as suas fontes domésticas e a política doméstica tem as suas influências externas (HILL, 2003, p. 39).

Sendo mais específico, Chanan Naveh nos explica que “[a mídia] pode ser descrita como a ferramenta que expressa as interpretações não-governamentais e expectativas de vários membros ou grupos da sociedade, assim como uma ferramenta que o governo usa para expressar a sua política estatal – ou dominante – na mídia” (NAVEH, 2002, p. 2). Dentro da perspectiva da política externa, o autor cria a concepção

da mídia como o ambiente em que a decisão de política externa acontece em dois momentos: é tanto um meio de saída das decisões (divulgação) como de apropriação por parte dos leitores (opinião pública). Ao mesmo tempo, a mídia cria o ambiente onde a política externa atua como também a reporta e noticia (NAVEH, 2002, p. 4).

É na descrição do ambiente político e na sugestão de alternativas políticas objetivando oferecer a melhor promessa de gerenciamento do ambiente que, para Naveh, encontraremos a imprensa “desempenhando um papel tão importante no pensamento sobre política externa. Essa função de ‘elaboração de mapas’ da imprensa é central para o impacto real da imprensa no campo da política externa” (NAVEH, 2002, p. 5). Nesse sentido, a imprensa adquire papel fundamental para um estudo mais complexo da política externa. De acordo com Bernard Cohen

Para a maioria do público de política externa, o mapa político realmente eficaz do mundo – ou seja, seu mapa operacional do mundo – é desenhado pelo repórter e pelo editor, não pelo cartógrafo. [...] A imprensa [...] pode não ser bem-sucedida na maioria das vezes em dizer às pessoas o que pensar, mas é incrivelmente bem-sucedida em dizer aos leitores o que pensar sobre (COHEN, 1963, p. 12-13).

A percepção de Chanan Naveh e Bernard Cohen nos será de grande importância na percepção da imprensa como importante campo político de formação e informação ao público leitor de uma visão específica de política externa, contribuindo para que setores da população formem uma opinião favorável ao seu pensamento sobre política externa.

As notícias propriamente ditas são reproduções de jornais ou agências estrangeiras no que tange à temática internacional. No entanto, como será analisado no tópico seguinte, mesmo a simples informação de acontecimentos possui um viés opinativo, dependendo do destaque ou enfoque que é dado àquela notícia, ou mesmo se ela foi “esquecida” pelo jornal. Se a informação é manchete em um jornal e apenas uma pequena nota na quarta página de outro, por exemplo, mostra o caráter parcial na divulgação da informação. Como nos adverte José D’Assunção Barros,

[...] a pretensa objetividade das informações, mesmo na aparente exposição mais pura de dados, vem sempre mesclada às opiniões, escolhas e decisões daqueles que elaboram o discurso jornalístico ou que disponibilizam as informações na imprensa. No jornal, as informações e opiniões são duas ordens de discursos que se alternam, interagem entre si, e por vezes se fundem em uma coisa só (BARROS, 2019, p. 199).

O jornal, nesse caso, não se torna apenas fonte de pesquisa, mas também ele próprio o objeto de análise. Entender a imprensa periódica a partir dessa perspectiva nos faz compreendê-lo como uma fonte complexa e rica, com suas dinâmicas e metodologias próprias de análise.

OS JORNAIS *CORREIO DA MANHÃ* E *JORNAL DO COMMERCIO* NA COBERTURA PERIÓDICA DA POLÍTICA EXTERNA

Durante o período de análise proposto para este trabalho as notícias referentes a cobertura da participação brasileira na Liga das Nações foram publicadas, em ambos os jornais, na primeira página e em destaque. Tanto no *Jornal do Commercio* quanto no *Correio da Manhã* a temática da atuação do Brasil na Liga ocupou a maior parte da primeira página e foi a manchete dos jornais. Os temas de política doméstica ficaram em segundo plano neste período.

O *Jornal do Commercio* possuía características mais tradicionalistas para um jornal do período, guardando traços ainda do século XIX. Sua diagramação seguia padrões estilísticos tradicionais, como as primeiras páginas divididas em sete colunas e sem nenhuma foto. A própria manchete era discreta se comparada ao nome do jornal que se destacava. Para o período analisado, a cobertura jornalística sobre a Liga das Nações mereceu destaque na primeira página e em mais algumas colunas distribuídas nas páginas 2 e 3. Geralmente a página 2 abrigava o editorial do jornal, ocupando cerca de duas colunas em cada edição. Nas quatro edições analisadas, o tema Liga das Nações foi o objeto principal dos editoriais. Também o *Jornal do Commercio* era o mais caro dos dois, custando o dobro do preço diário em relação ao *Correio da Manhã* sendo, portanto, um jornal cujo público-alvo estava localizado nas elites econômicas e políticas. Como já observado, era um jornal da situação e endossava as ações do governo.

Já o *Correio da Manhã* era um jornal com diagramação mais moderna, com a primeira página apresentando a manchete em letras grandes e com outras matérias em destaque, apresentando inclusive fotos. Após a manchete o jornal também se dividia em colunas, ao número de nove. Apesar da maior parte das informações do *Correio da Manhã* sobre a Liga das Nações estarem na primeira página, há editoriais na terceira página dos dias 19 e 20 que abordam a atuação na Liga e ainda um artigo assinado na página quatro do dia 20 de março. Era um jornal de caráter e linguagem mais popular, e seu preço era a metade do *Jornal do Commercio*.

A maior parte do que é reportado em ambos os jornais é reprodução de agências de notícias ou de outros jornais,² o que pode acarretar uma questão a mais na análise pois as reproduções de notícia não são literais e abrem espaço para elaborações estilísticas e opinativas na escrita que são bem claras, apontando a linha editorial dos jornais e de seus editores. Além disso, há os valiosos editoriais que expõem, através de narrativas bastante incisivas, a posição política de cada jornal.

O *Jornal do Commercio* aborda a participação da delegação brasileira junto à Liga, e do próprio ministro Felix Pacheco e do presidente Artur Bernardes, de forma bastante positiva e altiva, concordando e corroborando com a maior parte das atitudes assumidas pela diplomacia brasileira. Não faltam elogios à postura do presidente Bernardes e do ministro em sua firme postura nas decisões tomadas em Genebra, sede

² O *Correio da Manhã* utilizava as agências United Press e a brasileira Agência Americana, além de correspondentes especiais. Já o *Jornal do Commercio* utilizava também a Agência Americana e a Havas, além de correspondentes especiais.

da Liga. Sobre uma possível ação conjunta dos países latino-americanos em apoio ao Brasil, o jornal destaca que “é cada vez mais evidente a verdade dos fatos, que vêm provando sempre a correção da atitude do Brasil [...]” (JORNAL DO COMMERCIO, 17 mar. 1926, p. 1). O jornal ainda costuma repetir frases e palavras incisivas que demonstrariam a postura correta e ativa da diplomacia brasileira. Dizeres como “ação firme e decisiva” e “coerência nas atitudes” eram corriqueiras no jornal (JORNAL DO COMMERCIO, 18 mar. 1926, p. 2-3).

Apesar da manchete do *Jornal do Commercio* ser bem discreta em relação às manchetes do *Correio da Manhã*, os dizeres eram todos favoráveis à atitude do Brasil. Na manchete do dia 18 lia-se frases como “Admirável discurso do embaixador Mello Franco” e “A firme atitude do Brasil” (JORNAL DO COMMERCIO, 18 mar. 1926, p. 1). O jornal chega a reproduzir todo o discurso do embaixador Afrânio de Mello Franco, representante do Brasil na Liga, proferida na reunião da Assembleia extraordinária onde o Brasil anuncia que manterá o seu veto em relação à entrada da Alemanha (JORNAL DO COMMERCIO, 18 mar. 1926, p. 1-2).

Retirando a culpa do Brasil por um possível fracasso da Liga das Nações, o *Jornal do Commercio*, em editorial, defendia que, na verdade, o Brasil era um grande defensor dos ideais multilaterais e de defesa do direito internacional, enquanto os problemas da instituição eram causados pelos seus membros mais poderosos, como a Inglaterra e a França. Defendendo a postura da diplomacia brasileira e enaltecendo-a, o editorial expõe que

O que se passou ontem [17 de março] em Genebra foi um espetáculo histórico, que podemos registrar com a satisfação do dever cumprido, e com a ufania de quem soube dar conta de um mandato legítimo e decorrente da própria natureza das coisas. [...] O Brasil não poderia, portanto, aceitar o critério de subordinar o caráter essencial de universalidade da Liga, os seus grandes fundamentos humanos e jurídicos aos interesses transitórios da política regional da Europa (JORNAL DO COMMERCIO, 18 mar. 1926, p. 3).

Também a culpa é recaída sobre outras nações que pleiteavam assentos permanentes, como a Espanha e a Polônia (JORNAL DO COMMERCIO, 18 mar. 1926, p. 2), além da própria intransigência da Alemanha, que não aceitava a sua entrada no Conselho da Liga junto com o Brasil ou com nenhum outro país (JORNAL DO COMMERCIO, 17 mar. 1926, p. 1).

Também é comum no *Jornal do Commercio* a reprodução das notícias de outros jornais europeus, ou seja, como a imprensa europeia estava compreendendo o que se passava em Genebra naqueles dias. Apesar de também reproduzir notícias de jornais que criticavam a postura do Brasil, a ênfase era dada aos jornais que corroboravam a atitude brasileira e que colocavam a culpa na própria organização da Liga e em seus processos e que o pleito do Brasil e da Espanha são legítimos (JORNAL DO COMMERCIO, 17 mar. 1926, p. 2). Após reproduzir notícias de jornais alemães criticando o Brasil, o correspondente do *Jornal do Commercio* afirma que “Os espíritos sensatos, porém, já começam a compreender que o Brasil foi o único que não mudou de atitude e que o desconcerto que reina em Genebra é só o fruto da falta

de habilidade do Sr. Chamberlain e do Sr. Briand [...]”(JORNAL DO COMMERCIO, 18 mar.1926, p. 1).³

O jornal ainda destaca a postura de Mello Franco que esteve à frente da delegação brasileira de forma firme, calma e heroica (JORNAL DO COMMERCIO, 17 mar. 1926, p. 1; 18 mar. 1926, p. 1). O então representante brasileiro era diplomata experiente, com grande entrada nos círculos políticos europeus e respeitado entre os seus congêneres latino-americanos e, por isso mesmo, era da total confiança do presidente Bernardes e do ministro Pacheco. Outro importante e influente diplomata brasileiro na Europa, o embaixador em Paris Souza Dantas, teve que rebater as críticas de que o Brasil teria agido a mando de outros países, como a Itália. Segundo ele, os diplomatas brasileiros teriam seguido unicamente as instruções de Bernardes e que a opinião do povo brasileiro estava do seu lado (JORNAL DO COMMERCIO, 19 mar. 1926, p. 1), mostrando que seria importante respaldar a posição brasileira na opinião pública, tornando-a legítima.

O jornal se utilizava da principal tese corrente para justificar a legitimidade do pleito brasileiro a um assento permanente no Conselho da Liga: a representatividade do continente americano que, na ausência dos Estados Unidos da América, caberia ao Brasil ocupar esta posição. Esta postura é defendida em longo editorial do dia 19 de março, onde o jornal também justifica a liderança internacional do Brasil pelas grandiosidades numéricas de sua nação: é a 9ª maior população do mundo e o 7º em território. Na ausência dos Estados Unidos os títulos do Brasil são “incontestáveis, claros, evidentes”. Nesse caso “o Brasil, sendo o que é, merecia o lugar permanente, não só por ser um dos grandes países do mundo, como para dar à Liga o caráter de universalização, sem o qual não poderá viver” (JORNAL DO COMMERCIO, 19 mar. 1926, p. 2).

A tese de que o assento permanente deveria ser naturalmente do Brasil dada a ausência dos Estados Unidos, é a tese principal da diplomacia brasileira, defendida vigorosamente pelo jornal. Assim, a retórica política e diplomática do Brasil se respaldava na ausência da principal potência americana. No entanto, os Estados Unidos não fizeram grandes esforços para emplacar o pleito brasileiro, mesmo nos fóruns internacionais aos quais tinha acesso. A ausência de outras importantes economias latino-americanas na Liga, como a Argentina e o México, também serviam de argumento para angariar apoio à causa brasileira já que, entre toda a América presente na Liga, o Brasil seria o seu mais legítimo representante.

Para legitimar esta posição, a diplomacia brasileira teria buscado apoio nas demais representações diplomáticas dos países americanos presentes na Liga. O jornal divulga que a delegação brasileira afirma possuir o apoio de várias delegações latino-americanas e que, após tensa reunião entre representantes dessas delegações, haveria saído um consenso em torno do apoio ao Brasil (JORNAL DO COMMERCIO, 17 mar. 1926, p. 1;3).

³ Neville Chamberlain (1869-1940) foi Primeiro-Ministro da Grã-Bretanha entre 1937 e 1940, mas, em 1926, era Ministro da Saúde, Ministro dos Negócios Estrangeiros e servia no gabinete do primeiro-ministro Stanley Baldwin e foi o enviado especial à Liga das Nações. Aristide Briand (1862-1932) foi Primeiro-Ministro da França em diversas oportunidades e, em 1926, era ministro das relações exteriores da França.

Outra ação do *Jornal do Commercio* que merece ser relatada são as longas listas de homenagens publicadas nos dias 19 e 20 de março em favor de Artur Bernardes e de Felix Pacheco. Desde o dia 17 do mesmo mês um grupo de acadêmicos se reuniu para organizar uma grande homenagem ao presidente da república pela sua atitude na Liga. As homenagens ocorreram no dia 19 de março no Palácio Rio Negro, em Petrópolis, onde estava Bernardes. Antes disso, no mesmo dia no Palácio do Itamaraty, houve suntuosa homenagem à Felix Pacheco detalhadamente descrita pelo jornal (JORNAL DO COMMERCIO, 18 mar. 1926, p. 1). Frases como “[...] uma demonstração inequívoca de que a nossa Delegação em Genebra interpretou perfeitamente o sentimento unânime do povo brasileiro” e “O gesto histórico do nosso Governo foi recebido com ufania por todo o país, pela verdadeira opinião nacional” mostram como era importante para determinados setores da elite política brasileira mostrar coesão e aceitação pública em torno da política externa. No entanto, forjar esta coesão não era importante para as ações de política externa do Brasil *stricto sensu*. Antes, guardavam relação com a política doméstica no contexto de final do governo Bernardes e já com o presidente Washington Luís eleito. Como ilustração disso, ainda no dia 20, o jornal publica uma série de telegramas e notas de congratulações à Felix Pacheco. São homenagens vindas de políticos de vários estados brasileiros, como São Paulo, Minas Gerais e Bahia, e ainda de outros países, como Chile, Argentina, Uruguai e Dinamarca. Todas estas homenagens ocupam três colunas na segunda página, o que mostra o esforço do jornal em prestigiar o seu patrono (JORNAL DO COMMERCIO, 20 mar. 1926, p. 2).

Já a cobertura do *Correio da Manhã* é bem mais crítica em relação à postura da diplomacia brasileira, do chefe do Itamaraty e do executivo nacional. Embora reproduzam suas notícias de agências estrangeiras, há espaço para críticas às atitudes, principalmente do presidente Artur Bernardes, e também em editoriais e em um artigo assinado por Alberto do Rego Lins.

Ao contrário do que afirma o *Jornal do Commercio*, os países latino-americanos que eram membros da Liga (Uruguai, Paraguai, Chile, Colômbia, Venezuela, Cuba, São Salvador, Honduras, Nicarágua, Guatemala e São Domingos) se reuniram no dia 16 de março não para endossar a atitude brasileira em relação ao veto, mas sim para tentar demover os delegados brasileiros a tomarem uma atitude mais conciliatória. Esta informação demonstra que não havia uma unidade latino-americana em apoio ao pleito brasileiro (CORREIO DA MANHÃ, 17 mar. 1926, p. 1), como afirmou o *Jornal do Commercio*. Inclusive, após esta reunião, o chefe da delegação brasileira teria dito ao correspondente do jornal que iria telegrafar ao governo brasileiro para verificar se poderia mudar o posicionamento do Brasil em vetar o ingresso da Alemanha (CORREIO DA MANHÃ, 17 mar. 1926, p. 1). Esta revelação do jornal indica que o embaixador estava disposto a mudar o seu posicionamento, mas dependia de autorização de seus superiores. É importante perceber que em nenhum momento o *Jornal do Commercio* faz esta ponderação. Longe de querer demonstrar qual jornal está divulgando a notícia “correta”, esta discrepância na notícia entre os jornais ilustra como os dois periódicos estavam dedicados em construir um ambiente para nele poder atuar e contribuir para influenciar na opinião de seus leitores.

O *Correio da Manhã* tende a ser crítico não somente ao governo brasileiro, mas também à própria organização da Liga e ao seu grande eurocentrismo. Em editorial do dia 17 de março, cujo título era “A Liga Indesejável”, o jornal coloca a instituição como um órgão europeu atendendo aos seus próprios interesses. Com isso, o Brasil não

deveria participar disso, pois a Liga é alheia aos interesses do Brasil: “Que é que daqui, deste nosso recanto sossegado da América, temos a ver com as prevenções latentes da Inglaterra e da França contra a Rússia, com os rancores surdos da Alemanha contra a Polônia [...]. Nada, absolutamente nada” (CORREIO DA MANHÃ, 17 mar. 1926, p. 2).

Já no dia 19 de março, em novo editorial, o *Correio da Manhã* chama o resultado do veto brasileiro à Alemanha de “Vitória de Pirro”. Inicialmente o editorial culpa o diplomata chileno Agustín Edwards pelo início de todo o problema, ao ter proposto o Brasil como membro permanente do Conselho ainda em 1921, o que não estaria nos planos brasileiros de então. Em seguida, também questiona o fato de a presença brasileira na Liga estar onerando por demais os cofres públicos, sendo o Brasil um dos países que mais contribuía financeiramente com a instituição. Além disso, a Liga seria um “aparelho destinado a manter, na Europa, o fogo sagrado das intrigas internacionais, instrumento de ódios, de ambições, e de imperialismo manejado pelos mais poderosos [...]”. O editorial ainda argumenta que a Liga nunca foi aquilo que se propôs e que a instituição era um local “onde jamais deveríamos ter ido” (CORREIO DA MANHÃ, 19 mar. 1926, p. 2).

Também destacando manchetes de jornais estrangeiros e reproduzindo notícias de agências internacionais o *Correio da Manhã* privilegia aquelas notícias que são mais críticas à postura brasileira. Reproduzindo na primeira página e com destaque informações veiculadas pelo jornal parisiense *Le Matin*, o *Correio da Manhã* opta por assumir uma postura bastante crítica à diplomacia brasileira. O *Le Matin* afirma que

Ainda desta vez as reivindicações da América servem de obstáculo à paz da Europa. Mesmo que sejam dados os necessários passos no sentido de evitar que os Estados europeus pensem em uma guerra, esta pode ocorrer, vendendo-se então o mundo inteiro, e o Brasil principalmente, obrigado e deplorar que a ambição nacional houvesse causado o fracasso dessa assembleia (CORREIO DA MANHÃ, 19 mar. 1926, p. 1).

É importante notar que havia importantes órgãos de imprensa na Europa que culpavam a intransigência do governo brasileiro pelos problemas da Liga, fazendo inclusive uma tenebrosa previsão de que um novo conflito europeu poderia ser creditado à postura brasileira. Em outro editorial do dia 20, mais uma vez o Brasil é responsabilizado por possíveis conflitos europeus: “Quando isto se der [a entrada da Alemanha na Liga em setembro de 1926] a Alemanha estará triunfante e o Brasil ficará com a responsabilidade das guerras passadas, presentes e futuras” (CORREIO DA MANHÃ, 20 mar. 1926, p. 4). É pertinente apontar, no entanto, que não devemos colocar a culpa na postura brasileira assumida em 1926 como a causa profunda da Segunda Guerra Mundial, que eclodiria treze anos depois. Isto seria irresponsável, anacrônico e teleológico. No entanto, o importante é observar que havia membros das elites políticas no Brasil e na Europa que viam na postura brasileira um empecilho à paz europeia e mundial naquela conjuntura. A diplomacia brasileira, com sua postura intransigente e desproporcional, estaria dificultando os acertos político-diplomáticos das potências europeias, no contexto em que o Tratado de Locarno havia acabado de ser assinado. Este tratado foi assinado ao final de 1925 pela França, Grã-Bretanha, Itália, Alemanha, Bélgica, Polônia e Tchecoslováquia em um sistema fora dos trâmites

da Liga. O tratado previa a renúncia à guerra por estas potências com a Alemanha reconhecendo suas fronteiras com a França e a Bélgica. Em troca, a Alemanha pedia a sua entrada no Conselho Executivo da Liga como membro permanente. Na prática, os próprios membros fundadores da Liga das Nações descumpriram o papel central da instituição, que era o de respeito ao multilateralismo e dos tratados serem discutidos da forma aberta frente à comunidade internacional.

O *Correio da Manhã*, além de crítico à postura dos líderes políticos brasileiros, também critica o próprio funcionamento da Liga, colocando nela própria o gérmen de seu fracasso. Reproduzindo uma crítica do jornal *ABC*, de Madri, o jornal carioca afirma que era “impossível construir a Liga em associação sem abdicação de parte da sua soberania, e ela foi contraditória no seu ponto de partida” (CORREIO DA MANHÃ, 20 mar. 1926, p. 1). Em editorial do mesmo dia, o *Correio da Manhã* aponta para uma relativa vitória de Felix Pacheco, principalmente frente à opinião pública brasileira, e chama Chamberlain e Stresemann de “pulhas” (CORREIO DA MANHÃ, 20 mar. 1926, p. 4).

No único artigo assinado aqui analisado, Alberto do Rego Lins aponta o desastre da instituição, dando à sua coluna o título de “A Comédia de Genebra” (CORREIO DA MANHÃ, 20 mar. 1926, p. 4). Nela, o autor elogia o idealismo de Woodrow Wilson (presidente dos Estados Unidos durante os anos da Primeira Guerra Mundial) ao propor a criação da Liga em seus “14 pontos”. No entanto, Lins acredita que Wilson foi um ingênuo, por sua inexperiência internacional e por não saber lidar e improvisar com os velhos estadistas europeus. Quanto à postura brasileira, o autor apela para que o Brasil “dê as costas à Genebra [pois] nada temos mais que fazer ali”. Culpa ainda o egoísmo e a política “europeia” da Liga e que o Brasil nada teria a ganhar com a sua participação (CORREIO DA MANHÃ, 20 mar. 1926, p. 4).

É interessante ainda notar aquilo que não é dito, ou pelo menos que quase não é dito. Diferentemente do *Jornal do Commercio* que dedica várias colunas em dois dias para repercutir as homenagens feitas à Artur Bernardes e Felix Pacheco, o *Correio da Manhã* dedica apenas seis linhas na segunda página de sua edição do dia 19 de março para comunicar as homenagens (CORREIO DA MANHÃ, 19 mar. 1926, p. 2). A postura assumida pelos dois jornais neste episódio ilustra como um jornal (ou outros meios de comunicação) pode ser parcial na divulgação da mesma notícia. Ao dar imenso destaque a uma notícia ou colocando-a de forma quase escondida no meio de outras, percebe-se o quanto os jornais podem assumir posicionamentos políticos. Portanto, mesmo a simples transmissão de notícias possui um lado opinativo que deixa as marcas do pensamento político de seus editores-chefes, que são os responsáveis por organizar, dentro do cotidiano de um jornal, quais notícias ganharão destaque e quais serão escondidas ou esquecidas.

CONCLUSÕES

Na análise dos dois jornais, um de oposição e um de situação, percebe-se diferentes formas de se abordar as notícias, assim como diferentes perspectivas da atuação brasileira e de sua inserção nas relações internacionais no contexto da Liga das Nações que contribuem para o entendimento mais geral da atuação brasileira e de quais ideias estavam em disputa. Nesse sentido, pretendemos analisar os jornais não apenas como fonte histórica, mas também como objetos de análise, já que estes

periódicos se constituíam como local privilegiado das disputas políticas e como meio de construção de ambientes políticos que interessavam a determinados setores políticos.

Apesar do *Correio da Manhã* fazer muitas críticas à diplomacia brasileira e a seus líderes políticos, o jornal também culpa, assim como faz o *Jornal do Commercio*, o regimento e os procedimentos da Liga e de seus principais membros pelo fracasso das negociações de março de 1926. De certo modo, os dois jornais estão de acordo com a ineficiência e ineficácia da Liga, que persiste em exercer a velha diplomacia unilateral e secreta em uma nova ordem mundial mais multilateral. A maior diferença entre a análise e cobertura dos jornais é que, enquanto o *Jornal do Commercio* engrandece a postura e ação dos governantes brasileiros, o *Correio da Manhã* é crítico à postura dos mesmos e do modo como vem tratando a questão, uma vez que nem deveria estar pleiteando uma posição tão elevada em uma instituição que estaria fadada ao fracasso e atendendo apenas os interesses da velha Europa.

Dessa forma, os jornais procuram criar um ambiente favorável às suas posições de política externa, dando destaque aos temas e assuntos que melhor exemplificam este mesmo ambiente em que querem atuar e influenciar. Os periódicos, nesse caso, tornam-se importantes casos de estudo para perceber como as elites políticas atuam na formação de consensos para atuação e formulação de agendas para a política externa.

REFERÊNCIAS

BARACUHY, Braz. *Vencer ao perder: a natureza da diplomacia brasileira na crise da Liga das Nações (1926)*. Brasília: FUNAG, 2005.

BARROS, José D'Assunção. *Fontes Históricas: Introdução aos seus usos historiográficos*. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

CAMARGO, Julia Faria. *Mídia e Relações Internacionais: Lições da Invasão do Iraque em 2003*. Curitiba: Juruá, 2012.

CAMPOS, Filipe Queiroz de. *Diplomacias Secretas: O Brasil na Liga das Nações*. Curitiba: Appris, 2020.

CARR, Edward Hallett. *Vinte Anos de Crise (1919-1939): Uma Introdução ao Estudo das Relações Internacionais*. Brasília: UNB; IPRI, 2001.

COHEN, Bernard. *The Press and Foreign Policy*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1963.

COHEN, Ilka Stern. Diversificação e segmentação dos impressos. In: LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza (org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 103-130.

CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 17 mar. 1926. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_03&pagfis=24749. Acesso em: 23 jun. 2020.



CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 18 mar. 1926. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_03&pagfis=24761. Acesso em: 23 jun. 2020.

CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 19 mar. 1926. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_03&pagfis=24775. Acesso em: 23 jun. 2020.

CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 20 mar. 1926. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_03&pagfis=24787. Acesso em: 23 jun. 2020.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A reação republicana e a crise política dos anos 1920. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 9-23, 1993.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

GARCIA, Eugênio Vargas. *Entre América e Europa: a política externa brasileira na década de 1920*. Brasília: UNB; FUNAG, 2006.

GARCIA, Eugênio Vargas. *O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926)*. Porto Alegre; Brasília: UFRGS; FUNAG, 2000.

HILL, Christopher. *The Changing Politics of Foreign Policy*. London: Palgrave Macmillan, 2003.

JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, 17 mar. 1926. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_11&pasta=ano%20192&pesq=&pagfis=15040. Acesso em: 24 jun. 2020.

JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, 18 mar. 1926. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_11&pasta=ano%20192&pesq=&pagfis=15060. Acesso em: 24 jun. 2020.

JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, 19 mar. 1926. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_11&pasta=ano%20192&pesq=&pagfis=15084. Acesso em: 24 jun. 2020.

JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, 20 mar. 1926. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_11&pasta=ano%20192&pesq=&pagfis=15106. Acesso em: 24 jun. 2020.

LEAL, Carlos Eduardo. *Correio da Manhã*. In: ABREU, Alzira Alves de *et al.* (coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/correio-da-manha>. Acesso em: 25 jul. 2019.

LEAL, Carlos Eduardo; SANDRONI, Cícero. *Jornal do Commercio*. In: ABREU, Alzira Alves de *et al.* (coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/jornal-do-comercio>. Acesso em: 25 jul. 2019.

LUCA, Tânia Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: LUCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luiza. (org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 149-175.

LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza. Introdução. In: LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza (org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 7-19.

NAVEH, Chanan. The Role of the Media in Foreign Policy Decision-Making: A Theoretical Framework. *Conflict & Communication Online*, Berlin, v. 1, n. 2, p. 1-14, 2002.

PRESTES, Anita. *A Coluna Prestes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

SANTOS, Norma Breda dos. Diplomacia e Fiasco. Repensando a participação brasileira na Liga das Nações: elementos para uma nova interpretação. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 1, n. 46, p. 87-112, 2003.

SANTOS, Norma Breda dos. Grand Days: noventa anos depois de o Brasil ter deixado Genebra, o que diz a historiografia sobre a participação brasileira na Liga das Nações (1920-1926)? *Cadernos de Política Exterior*, Brasília, v. 3, p. 195-220, 2016.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

NOTAS DE AUTOR

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Estrada Dr. Manoel Reis, n. 110, ap. 908, Bl. A, Centro, 26510-182, Nilópolis, RJ, Brasil.

ORIGEM DO ARTIGO

Elaborado a partir de reflexões e pesquisas iniciais da tese de doutoramento, iniciado em 2019, e que ainda se encontra em andamento no momento da publicação desse artigo, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer ao meu orientador, Prof. Dr. Fernando Vale Castro, pelas preciosas orientações e observações feitas desde a graduação até o doutorado. Também agradeço a toda a equipe da revista *Esboços* pelo carinho e atenção no trato do presente artigo.

FINANCIAMENTO

Bolsista Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) através do Programa de Excelência Acadêmica (PROEX), Processo nº. 88887.341402/2019-00.



APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não houve conflito de interesses.

LICENÇA DE USO

© Jônatan Coutinho da Silva de Oliveira. Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Alex Degan

Flávia Florentino Varella (Editora-chefe)

HISTÓRICO

Recebido em: 15 de outubro de 2020

Aprovado em: 26 de abril de 2021

Como citar: OLIVEIRA, Jônatan Coutinho da Silva de. Política externa e imprensa: a saída do Brasil da Liga das Nações (1926) pelos jornais *Correio da Manhã* e *Jornal do Comercio*. *Esboços*, Florianópolis, v. 28, n. 48, p. 248-268, maio/ago. 2021.

